

AMAZÔNIA: VIOLAÇÕES E INVASÕES DE UM LADO, LUTAS POR DIREITOS, RESISTÊNCIAS E EMANCIPAÇÃO DE OUTRO

Amazon: violations and invasions on one side, struggles for rights, resistance, and emancipation on the other.

Romier da Paixão Sousa

Docente no Instituto Federal do Pará (IFPA) campus Castanhal, vice-presidente da Associação Brasileira de Agroecologia, Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2925-5408> e-mail romier.sousa.paixao@gmail.com

No mês de junho de 2022, assistimos estarrecidos ao desaparecimento e posterior confirmação de assassinato do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico erradicado no Brasil, Dom Phillips na área da Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas. Ambos eram defensores dos Direitos Humanos dos povos indígenas e vinham sofrendo ameaças de garimpeiros, pescadores ilegais e invasores dos territórios dos povos Marubo, Mayoruna (Matsés), Matis, Kanamary, Korubo e Tsohom-Djapá, que vivem no Vale do Javari.

Bruno e Dom foram mortos por lutarem pelo direito ao Bem-viver, ao Direito ao Território e às bondades da natureza, do alimento que mantem há milhares de anos os povos indígenas amazônicos em profunda conexão com a natureza, sendo parte da mesma. Para a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA), estes crimes possuem profunda conotação política.

Inúmeros defensores e defensoras dos direitos humanos, ambientalistas, indígenas, indigenistas, jornalistas, extrativistas (anônimos ou não) tombaram na luta contra um projeto de destruição da Amazônia. Chico Mendes, Irmã Dorothy, Zé Claudio e Maria, e tantos outros foram vítimas da mesma lógica brutal de ocupação pela violência. No entanto, nunca tivemos um ambiente tão criminoso quanto nos últimos três anos. É o que releva a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Estes crimes são a ponta do iceberg das violações de direitos que os povos originários, povos e comunidades tradicionais e seus defensores vêm sofrendo na Amazônia.

Em 2021, cresceram em 1.110% as mortes consequentes de conflitos no campo dos quais se destacam dois massacres de indígenas e sem-terra. Foram mais de duas execuções por mês na Amazônia Legal e se instalou o pior cenário já registrado pela CPT desde que o levantamento começou a ser feito, em 1985 (CPT, 2021).

Este avanço da violência no campo contra os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares camponeses na Amazônia tem relação direta com a disputa pelos recursos existentes em seus territórios. Estudo recente demonstra que a maioria das 383 Terras Indígenas (TI) é afetada internamente por uma combinação de diferentes ameaças ambientais. As TIs afetadas por ameaças múltiplas e relativamente graves estão localizadas principalmente no arco do desmatamento e no estado de Roraima, na Amazônia (RORATO et al., 2021).

De acordo com Verissimo et al. (2011),

as áreas que estão sobre a guarda destes grupos sociais “são instrumentos eficazes para resguardar a integridade dos ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais associados, tais como a conservação do solo e proteção das bacias hidrográficas, a polinização, a reciclagem de nutrientes e o equilíbrio climático, entre outros (VERISSIMO et al., 2011, p. 09)

A exemplo destas áreas, podemos citar as Áreas Protegidas na Amazônia Legal, que até dezembro de 2010, somavam 2.197.485 quilômetros quadrados (km²), ou 43,9% da região, ou ainda 25,8% do território brasileiro. Desse total, as Unidades de Conservação (federais e estaduais) correspondiam a 22,2% do território amazônico enquanto as Terras Indígenas homologadas, declaradas e identificadas abrangiam 21,7% da mesma região (VERISSIMO et al., 2011).

São nestas áreas que estão grande parte da biodiversidade, da agrobiodiversidade, dos minérios, da água potável e de uma gama de possibilidades de pesquisas e inovação, que foram conservadas e aperfeiçoadas por milhares de anos pelos povos originários e tradicionais. O arqueólogo Eduardo Neves, nos relata que

desde pelo menos 6.000 anos há evidência de intensificação no cultivo de plantas, como a mandioca e o milho. Nesta mesma época surgem os primeiros sinais de produção dos solos férteis e produtivos, resultado do manejo humano, conhecidos como terras pretas de índio (NEVES, 2021, p.10).

Assim, o genocídio e aniquilamento dos povos originários e tradicionais na Amazônia, é ao mesmo tempo a morte de milhares de anos de conhecimento, cultura e saberes sobre os territórios e as formas de produzir alimentos, sem destruir o entorno onde se vive.

Nesta direção, precisamos aprender e colaborar com estes povos, atualizar os conceitos de inovações, entrelaçar os conhecimentos científicos acadêmicos com os saberes ancestrais, numa verdadeira ecologia de saberes. Temos defendido a tese de que a garantia dos direitos dos povos na Amazônia, enquanto categoria social diversa e plural e seus modos de vida, é a própria garantia de existência do Bioma Amazônico. Como sempre nos fala Edel Moraes, extrativista e militante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS): “a Amazônia tem gente!”. Gente que trabalha, luta e constrói o futuro de suas gerações. E nesse momento essa possibilidade está sendo negada pelo desmonte de grande parte das políticas públicas do Governo Federal e ações de grupos privados em um novo processo de colonização destrutiva da Amazônia.

No entanto, mesmo diante destas violações e invasões dos territórios indígenas e de comunidades tradicionais na Amazônia, muitos têm construído estratégias de resistências e emancipação política, como a criação de um grupo de vigilância no Vale do Javari, construídas pelos povos locais ou mesmo a autodemarcação dos povos indígenas Kokama e Ticuna da Terra Indígena (TI) Porto Praia de Baixo (CREVELS, 2021). Outras estratégias

estão ligadas ao trabalho produtivo desde uma perspectiva coletiva, como é o caso do manejo de pirarucu na Reserva Extrativista do Médio Purus (OLIVEIRA e SANTOS, 2022).

Mas como pensar esta perspectiva de resistência e emancipação a partir da Agroecologia? A Agroecologia tem evoluído conceitualmente nos últimos anos, passando de uma abordagem ligada às práticas produtivas e avançando para uma construção ampliada a partir dos sistemas agroalimentares. Assim, pensar a partir da perspectiva agroecológica, exige uma visão sistêmica dos processos, envolvendo desde a defesa dos territórios, o manejo das espécies vegetais e animais, até as práticas de transformação, comercialização e consumo e o conjunto das relações sociais existentes neste processo.

É importante destacar o papel do alimento, como conceito cultural central. Furquim et al (2021) ressalta que houve um

aumento gradual da agrobiodiversidade produzida por povos indígenas no passado e um padrão resiliente composto pelo cultivo combinado de plantas silvestres e domesticadas, com ciclos curtos e longos, incluindo espécies frutíferas, tubérculos, grãos, oleaginosas e castanhas (FURQUIM et al., 2021, p.16)

Tal fato, segundo as autoras, demonstra a importância destes modos de vida para a manutenção de grande parte de nossa alimentação nos territórios amazônicos, produzindo redes de segurança alimentar locais e regionais.

Os povos originários e povos e comunidades tradicionais, possuem uma alta capacidade de produção de alimentos que se articulam a muitas redes e mercados locais. Neste sentido, há uma necessidade de pensarmos sistemas agroalimentares diversificados em sua produção e distribuição. Existem inúmeras pesquisas que comprovam os índices de diversidade na produção de alimentos por esses sujeitos sociais (COSTA, 2020). É uma estratégia econômica, pois eles conseguem ter alimentos para venda o ano todo; ecológica, pois ao diversificar, se articulam com os ecossistemas locais, numa combinação entre plantar, criar

e manejar; e uma estratégia de segurança alimentar. Quanto mais produtos possuem, menos acessam o mercado externo, gerando autonomia relativa diante de mercados cada vez mais globalizados.

Elemento importante nesta direção é o reconhecimento que os agroecossistemas amazônicos, não se limitam às propriedades individuais dos agricultores e agricultoras, pois eles se expandem para áreas que em geral são de uso comum, como os rios, as florestas, os lagos, os mares (no litoral). Segundo Azevedo, Assis e Sousa (2019) isso exige uma outra forma de pensar a gestão, onde as práticas coletivas e de reciprocidades existentes devem ser valorizadas e incentivadas.

Assim, o tema do ordenamento agrário e fundiário são centrais. Sem uma Reforma Agrária amazônica não avançaremos na manutenção do Bioma. A insegurança fundiária hoje é um grande problema na Amazônia. Não basta definir as áreas, é preciso garantir que elas sejam efetivamente respeitadas. Grileiros, madeireiros e garimpeiros ilegais fazem um verdadeiro assalto às terras dos povos amazonidas na atualidade.

Temos trabalhado a ideia de uma Agroecologia pautada nas resistências no Chão da Floresta (SÓUSA, CRUZ e SUZUKI, 2020). Precisamos pensar um processo, onde exista uma valorização efetiva das práticas dos sujeitos do campo, das águas e das florestas. A resistência se dá de diferentes maneiras, desde uma luta social, até mesmo a manutenção dos processos produtivos com autonomia camponesa nos territórios.

Finalizando, podemos afirmar que não avançaremos na emancipação e nos direitos dos povos originários e tradicionais sem a presença do Estado. Há uma necessidade eminente de políticas que possuam capacidade de apoiar efetivamente os processos sociais em curso na Amazônia, no sentido da preservação e conservação ambiental. Políticas adequadas que tenham flexibilidade, plasticidade, para comportar a diversidade e a longa duração de sistemas sustentáveis. Certamente não teremos estas políticas no atual cenário existente em âmbito nacional. Urge uma mudança!

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Hueliton Pereira; DE ASSIS, William Santos; DA PAIXÃO SOUSA, Romier. Agroecossistemas de camponeses agroextrativistas na Amazônia brasileira: uma reflexão a partir da agroecologia política.

Revista Brasileira de Agroecologia, v. 14, n. 2, p. 14-14, 2019.

COSTA, Francisco de Assis. Economia camponesa referida ao bioma da Amazônia: atores, territórios e atributos (Edição 476). **Papers do NAEA**, v. 29, n. 2, 2020.

CREVELS, Christian Ferreira. Autodemarcação do Médio Solimões: Kokama e Ticuna da Terra Indígena Porto Praia de Baixo defendem seu território. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/04/autodemarcacao-medio-solimoes-kokama-ticuna-ti-porto-praia-de-baixo/>. 2021. Acesso em julho de 2022.

FURQUIM, Laura; WATLING, Jennifer; SHOCK, Myrtle; NEVES, Eduardo G. O testemunho da arqueologia sobre a biodiversidade, o manejo florestal e o uso do fogo nos últimos 14.000 anos de história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, Cristina. Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. 2021.

NEVES, Eduardo. Biodiversidade e agrobiodiversidade como legados de povos indígenas. In: CUNHA, Manuela Carneiro; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, Cristina. Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. 2021.

OLIVEIRA, José Maria Ferreira de; SANTOS, Henrique. Manejo participativo do pirarucu contribui para a conservação da espécie. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/praticasinovadoras/todas-as-praticas/211-pratica-2014-19.html>. Acesso em julho de 2022.

RORATO, Ana C. et al. Environmental threats over Amazonian indigenous lands. **Land**, v. 10, n. 3, p. 267, 2021.

SOUSA, Romier da Paixão; CRUZ, Carlos Renilton Freitas; SUZUKI, Júlio César (org.). No chão da floresta: trabalho, educação e agroecologia na Amazônia. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

VERÍSSIMO, Adalberto.; ROLLA, Alicia; VEDOVETO, Mariana; FUTADA, Silvia de Melo. Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios (p. 87). Belém/São Paulo: Imazon e ISA, 2011.